



BANEB CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ 14.560.304/0001-18
Sede: Avenida da França, 409 - 10º Andar - Salvador - BA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Baneb Corretora de Seguros S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Salvador, BA, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Milhares de Reais

ATIVO	2014	2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	2013
CIRCULANTE	4.987	4.785	CIRCULANTE	227	198
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	4.947	4.754	Impostos e Contribuições a Recolher	48	39
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14b)	40	31	Dividendos a Pagar (Nota 8c)	63	43
NÃO CIRCULANTE	5.008	5.022	Outras Obrigações	116	116
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.883	4.883	NÃO CIRCULANTE	177	220
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14b)	20	20	Provisão para Impostos e Contribuições	-	43
Depósitos Judiciais (Nota 6)	4.863	4.863	Provisões Judiciais (Nota 16a)	177	177
INVESTIMENTOS	10	10	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.591	9.389
IMOBILIZADO (Nota 7)	115	129	Capital:		
TOTAL	9.995	9.807	- De Domiciliados no País (Nota 8a)	4.700	4.700
			Reservas de Lucros (Nota 8b)	4.891	4.689
			TOTAL	9.591	9.389

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS (Nota 9)	238	250
Impostos e Contribuições sobre Serviços (Nota 10)	(23)	(24)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	215	226
RECEITAS OPERACIONAIS	503	374
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 11)	503	374
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	19	-
Outras Receitas	19	-
DESPESAS OPERACIONAIS	296	286
Despesas Tributárias (Nota 12)	29	11
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13)	267	275
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	441	314
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14a)	(176)	(131)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	265	183
Número de ações	775.320	775.320
Lucro Líquido básico por lote de mil ações em R\$	342,63	236,03

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em Milhares de Reais

	Capital Social	Legal	Estatutária	Pagamento de Dividendos	Lucros Acumulados	Totais
Eventos						
Saldo em 31.12.2012	4.500	599	3.680	470	-	9.249
Aumento do Capital Social com Reservas	200	(200)	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	183	183
Destinações:						
- Reservas	-	9	131	-	(140)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 0,06 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(43)	(43)
Saldo em 31.12.2013	4.700	408	3.811	470	-	9.389
Lucro Líquido	-	-	-	-	265	265
Destinações:						
- Reservas	-	13	189	-	(202)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 0,08 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(63)	(63)
Saldo em 31.12.2014	4.700	421	4.000	470	-	9.591

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	441	314
Ajustes no Lucro Líquido antes dos impostos	20	14
Depreciações	13	13
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	7	1
Lucro Líquido Ajustado	481	328
Aumento/(Redução) em Outros Ativos	(9)	1
Redução em Outras Obrigações	(50)	(43)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos/Compensados	(106)	(72)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	236	214
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Dividendos Pagos	(43)	(104)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	(43)	(104)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	193	110
Índice do Período	4.754	4.644
Fim do Período	4.947	4.754
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	193	110

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Lucro Líquido do Exercício	265	183
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	265	183

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado - Em Milhares de Reais

Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2014	%	2013	%
1 - RECEITAS	257	51,6	250	70,6
Receita Bruta de Serviços	238	47,9	250	70,6
Outras Receitas	19	3,8	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(249)	(50,0)	(257)	(72,6)
Serviços de Terceiros	(177)	(35,5)	(189)	(53,4)
Outros	(72)	(14,5)	(68)	(19,2)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	8	1,6	(7)	(2,0)
4 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(13)	(2,6)	(13)	(3,6)
Depreciação	(13)	(2,6)	(13)	(3,6)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3+4)	(5)	(1,0)	(20)	(5,6)
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	503	101,0	374	105,6
Receitas Financeiras Líquidas	503	101,0	374	105,6
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	498	100,0	354	100,0
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	498	100,0	354	100,0
Impostos, Taxas e Contribuições	233	46,8	171	48,3
Federais	201	40,4	155	43,8
Estaduais	2	0,4	1	0,3
Municipais	30	6,0	15	4,2
Remuneração de Capitais Próprios	265	53,2	183	51,7
Dividendos	63	12,6	43	12,2
Lucros Retidos	202	40,6	140	39,5

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Baneb Corretora de Seguros S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a corretagem dos diversos tipos de seguros, nos termos da legislação em vigor, além da prestação de todos os serviços técnicos e administrativos complementares necessários ao desenvolvimento desta atividade. A Baneb Corretora de Seguros S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de janeiro de 2015.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme apresentadas na Nota 4.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizadas para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento financeiros, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação, é igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de alteração no valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro. A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

2.4) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

continua...

BANEB CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ 14.560.304/0001-18

Sede: Avenida da França, 409 - 10º Andar - Salvador - BA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em Milhares de Reais

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de edificações é calculada utilizando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada em 25 anos (4% ao ano). Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas", líquidos, na demonstração do resultado.

2.5) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.6) Provisões, ativos e passivos contingentes, e Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 e pela Deliberação da CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho com praticidade certa, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois não são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;

- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.7) Patrimônio líquido**a) Lucro por ação**

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

2.8) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de juros sobre fundos de investimento e atualização monetária de tributos a considerar.

2.9) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia optou pela tributação através da modalidade de lucro presumido (32% da Receita Bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando a alíquota-base de 15% sobre a base do lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e a alíquota de 9% para a CSLL.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro presumido do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo da identificação, desenvolvimento, alocação e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente ao seguinte item:

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na Nota 16b.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional (1)	8	8
Fundos de investimento financeiros (2)	4.939	4.746
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.947	4.754

(1) Referem-se a depósito à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimento Financeiros exclusivos aos integrantes da Organização Bradesco ou empresas ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Depósitos judiciais	4.863	4.863
Total	4.863	4.863

Refere-se basicamente ao depósito judicial para garantia de Execução Fiscal, no valor de R\$ 4.686 (2012 - R\$ 4.686), cuja probabilidade de perda do processo, de acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos, é remota.

7) ATIVO IMOBILIZADO

As depreciações são calculadas de acordo com a política da Companhia de depreciação para os ativos próprios e os valores demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação	
			2014	2013
Imobilizado de uso:				
Edificações	4% a.a.	327	(275)	52
Terrenos	-	63	-	63
Total em 31 de dezembro de 2014		390	(275)	115
Total em 31 de dezembro de 2013		-	-	129

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Composição do capital social em ações**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações ordinárias nominativas - escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Ordinárias	775.320	775.320
Total	775.320	775.320

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Reservas de lucros	4.891	4.689
- Reserva legal (1)	421	408
- Reserva estatutária para aumento de capital (2)	4.000	3.811
- Reserva estatutária para pagamento de dividendos (3)	470	470

(1) Nos termos da Legislação Societária, a Companhia deve destinar 5% de seu lucro oficial anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar capital ou para absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos;

(2) Pode ser constituída até atingir o limite de 80% do valor do Capital Social Integralizado; e

(3) Pode ser constituída com a finalidade de assegurar a continuidade da distribuição de dividendos intermediários pela Companhia até atingir o limite de 20% do valor do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios de 2014 e 2013 estão demonstrados a seguir:

	2014	% (1)	2013	% (1)
Lucro líquido do exercício	265		193	
Reserva legal	(13)		(9)	
Base de cálculo	252		174	
Dividendos propostos	63	25,0	43	25,0

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

9) RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Receitas de comissões	238	250
Total	238	250

10) IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE SERVIÇOS

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
PIS	2	2
Cofins	9	10
ISS sobre comissões	12	12
Total	23	24

11) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Rendimento de aplicação em fundos de investimento	510	375
Juros passivos	(7)	(1)
Total	503	374

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Impostos e taxas diversas	29	11
Total	29	11

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Ediais e publicações	145	160
Serviços prestados	32	29
Contribuição sindical/patronal	5	5
Depreciação	13	13
Condomínio	66	65
Outras despesas administrativas	6	3
Total	267	275

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido, no montante de R\$ 123 (2013 - R\$ 90) e R\$ 53 (2013 - R\$ 41) respectivamente, foram provisionados e registrados no resultado do exercício.

b) Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 60 (2013 - R\$ 51), referem-se, substancialmente, a imposto de renda de exercícios anteriores e imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e receitas de corretagem.

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa:	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Banco Bradesco S.A.	8	8
Dividendos a pagar:	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Banco Bradesco S.A.	(34)	(20)
Receitas de comissões:		
Bradesco Vida e Previdência S.A.	-	238
Total		250

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é a parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

16) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações legais - fiscais e previdenciárias
A Companhia é parte em processos judiciais fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na Constituição das provisões é considerada a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.



BANEB CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ 14.560.304/0001-18
Sede: Avenida da França, 409 - 10º Andar - Salvador - BA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em Milhares de Reais

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabia mais recursos, ou a sua prescrição.

Com relação às obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias, a Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, no montante de R\$ 177 (2013 - R\$ 177), os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não possuía operações em Instrumentos Financeiros Derivativos; e
b) Não houve outros eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

A Diretoria

Silvio José Alves - Contador - CRC-1SP202567/O-5 S-BA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores da

Baneb Corretora de Seguros S.A.
Salvador - BA

Examinamos as demonstrações contábeis da Baneb Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses

controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baneb Corretora de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada com o informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 27 de fevereiro de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP026567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA

CNPJ: 003.75.972/0007-58

EDITAL II

O SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTO E INTERINO DO INCRA NO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições Designada pela Portaria/INCRA nº 93, pub. DOU Nº. 37 de 25/02/2013, e considerando o contido no Decreto Presidencial nº. 6.812 de 03.04.2009, publicado no Diário Oficial da União de 03.04.2009 e a delegação de competência, pela Portaria MDA nº 20 de 08.04.2009, publicada no DOU de 09.04.2009, TORNA PÚBLICO que tramita na cidade Superintendência o Processo Administrativo nº 54160.005093/2005-78, que trata da regularização fundiária das terras da Comunidade Remanescente de Quilombo de Lagoa das Piranhas, localizada no município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia. O território ora em processo de regularização é o que consta no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação realizado pela equipe multidisciplinar do convênio firmado entre a Superintendência Regional do INCRA e a FAPEX/FASEC (processo Nº 54160.004817/2007-11) instituída pela Ordem de Serviço/INCRA/GAB/BA nº 134/2005 e nº 23/2008, e aprovado pelo Comitê de Decisão Regional, conforme Ata nº 10/2011. A comunidade é composta por 109 (cento e nove) famílias e o território identificado e delimitado possui área de 9.951,7097 hectares (nove mil novecentos e cinquenta e um hectares, setenta ares e noventa e sete centiares) e perímetro de 42.478,05 m (quarenta e dois mil metros, quatrocentos e setenta e oito metros e cinco centímetros), com os seguintes limites e confrontações: **norte:** Rio Corrente e Rio São Francisco; **leste:** Rio Corrente, Rio São Francisco, Adir Sento Se Oliveira Magalhães; estrada Vicinal, Geraldo Magalhães e Getúlio Magalhães; Sul: Adir Sento Se Oliveira Magalhães; estrada Vicinal, Geraldo Magalhães e Getúlio Magalhães; **oeste:** Rodovia BA - 161. No Perímetro descrito além dos registros imobiliários e posses constantes de Edital publicado nos Diários Oficiais da União Nº (s) 134 e 136, respectivamente dos dias 14/07/2011 e 18/07/2011, e também publicado nos Diários Oficiais do Estado da Bahia Nº (s) 20.606 e 20.607, respectivamente dos dias 14/07/2011 e 15/07/2011, incidem também os seguintes registros imobiliários lavrados no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Bom Jesus da Lapa/BA: **Augusto Antônio de Oliveira**, Mat. Nº R-2/15.912; **José Camana**, Mat. Nº R-6/4.772; **Herminio Pereira do Nascimento**, Mat. Nº R-3/3.088; **Irineu Costa do Nascimento**, Mat. Nº R-4/5.767; **Jorge Paulo da Silva Magalhães**, Mat. Nº R-1/10.264; **Mat. Nº R-1/9.987**; **Uldurico Rodrigues de Carvalho**, Mat. Nº R-3/6.788 e Mat. Nº 1-1.862; **Posses:** **Adalberto Júnior Oliveira Ferreira**, **Anelino Campos de Araújo**, **Antônio Raimundo Silva Vilas Boas**, **Fernando Cavalcante**, **Hilton Costa do Nascimento**, **IVALDO COSTA DO NASCIMENTO**, **João Costa do Nascimento**, **José de Arimatéia Costa do Nascimento**, **Manoel Costa do Nascimento**, **Manoel Henrique do Nascimento Filho**, **Nilton Costa Nascimento**, **Rui Gomes de Oliveira**, **Simão Costa Nascimento**. Nestes termos, o INCRA/BA NOTIFICA os ocupantes e confinantes detentores de domínio ou não, abrangidos pelo perímetro descrito, para no prazo de 90 dias para apresentarem suas contestações ao Relatório Técnico. Para maiores informações, os interessados devem procurar o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, da Superintendência Regional do INCRA, situada na Avenida Ulysses Guimarães, nº 640 - Sussuarana - Centro Administrativo da Bahia - Cep. 41.213-000. Fone: (71) 3505-5318 - Fax: (71) 3505-5314, de Segunda a Sexta-feira, das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, onde o referido processo administrativo, em cujos autos se processa o feito, estará à disposição dos interessados para consulta.

Luiz Gugé Santos Fernandes

Superintendente Regional Substituto Interino

INCRA/BA

BANEB CORRETORA DE SEGUROS S.A.CNPJ 14.560.304/0001-18
Sede: Avenida da França, 409 - 10º Andar - Salvador - BA**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Baneb Corretora de Seguros S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Salvador, BA, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Milhares de Reais

	2014	2013		2014	2013
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	4.987	4.785	CIRCULANTE	227	198
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	4.947	4.754	Impostos e Contribuições a Recolher	48	39
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14b)	40	31	Dividendos a Pagar (Nota 8c)	63	43
NÃO CIRCULANTE	5.008	5.022	Outras Obrigações	116	116
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.883	4.883	NÃO CIRCULANTE	177	220
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14b)	20	20	Provisão para Impostos e Contribuições	-	43
Depósitos Judiciais (Nota 6)	4.863	4.863	Provisões Judiciais (Nota 16a)	177	177
INVESTIMENTOS	10	10	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.591	9.389
IMOBILIZADO (Nota 7)	115	129	Capital:		
TOTAL	9.995	9.807	- De Domiciliados no País (Nota 8a)	4.700	4.700
			Reservas de Lucros (Nota 8b)	4.891	4.689
			TOTAL	9.591	9.807

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS (Nota 9)	238	250
Impostos e Contribuições sobre Serviços (Nota 10)	(23)	(24)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	215	226
RECEITAS OPERACIONAIS	503	374
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 11)	503	374
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	19	-
Outras Receitas	19	-
DESPESAS OPERACIONAIS	296	286
Despesas Tributárias (Nota 12)	29	11
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13)	267	275
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	441	314
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14a)	(176)	(131)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	265	183
Número de ações	775.320	775.320
Lucro Líquido básico por lote de mil ações em R\$	342,63	236,03

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Legal	Estatutária	Dividendos	Lucros Acumulados	Totais
Saldo em 31.12.2012	4.500	599	3.680	470	-	9.249
Aumento do Capital Social com Reservas	200	(200)	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	183	183
Destinações:						
- Reservas	-	9	131	-	(140)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 0,06 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(43)	(43)
Saldo em 31.12.2013	4.700	408	3.811	470	-	9.389
Lucro Líquido	-	-	-	-	265	265
Destinações:						
- Reservas	-	13	189	-	(202)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 0,08 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(63)	(63)
Saldo em 31.12.2014	4.700	421	4.000	470	-	9.591

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	441	314
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	20	14
Depreciações	13	13
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	1	7
Lucro Líquido Ajustado	461	328
Aumento/(Redução) em Outros Ativos	(9)	1
Redução em Outras Obrigações	(50)	(43)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos/Compensados	(166)	(72)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	236	214
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(43)	(104)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(43)	(104)
(Aumento)/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	193	110
Início do Período	4.784	4.544
Fim do Período	4.947	4.754
(Aumento)/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	193	110

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Lucro Líquido do Exercício	265	183
Outros Resultados Abrangentes	265	183
Total do Resultado Abrangente do Exercício	265	183

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
1 - RECEITAS	257	51,6
Receita Bruta de Serviços	238	47,8
Outras Receitas	19	3,8
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(249)	(50,0)
Serviços de Terceiros	(177)	(35,5)
Outros	(72)	(14,5)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	8	1,6
4 - DEPRECAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(13)	(2,6)
Depreciação	(13)	(2,6)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(5)	(1,0)
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	503	101,0
Receitas Financeiras Líquidas	503	101,0
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5-6)	498	100,0
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	498	100,0
Impostos, Taxas e Contribuições	233	46,8
Federais	201	40,4
Estaduais	2	0,4
Municipais	30	6,0
Remuneração de Capitais Próprios	265	53,2
Dividendos	63	12,6
Lucros Retidos	202	40,6

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em Milhares de Reais**1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Baneb Corretora de Seguros S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a corretagem dos diversos tipos de seguros, nos termos da legislação em vigor, além da prestação de todos os serviços técnicos e administrativos complementares e necessários ao desenvolvimento desta atividade. A Baneb Corretora de Seguros S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de janeiro de 2015.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme apresentadas na Nota 4.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizadas para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento financeiros, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação, e igual ou inferior a 90 dias e apresentarem risco insignificante de alteração no valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro. A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

2.4) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de edificações é calculada utilizando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada em 25 anos (4% ao ano).

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas, líquidos" na demonstração do resultado.

2.5) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.6) Provisões, ativos e passivos contingentes, e Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 e pela Deliberação da CVM nº 594/09, sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracteri-

zando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, e que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.7) Patrimônio líquido**a) Lucro por ação**

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

c) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de juros sobre fundos de investimento e atualização monetária de tributos a compensar.

2.8) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia optou pela tributação através da modalidade do lucro presumido (32% da Receita Bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando a alíquota-base de 15% sobre a base do lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e a alíquota de 9% para a CSLL.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro presumido do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

continua

BANEB CORRETORA DE SEGUROS S.A.CNPJ 14.560.304/0001-18
Sede: Avenida da França, 409 - 10º Andar - Salvador - BA**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em Milhares de Reais****4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente ao seguinte item:

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na Nota 16b.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional (1)	8	8
Fundos de investimento financeiros (2)	4.939	4.746
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.947	4.754

(1) Referem-se a depósitos à vista;

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimento Financeiros exclusivos aos integrantes da Organização Bradesco ou empresas ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Depósitos judiciais	4.863	4.863
Total	4.863	4.863

Referem-se basicamente ao depósito judicial para garantia da Execução Fiscal, no valor de R\$ 4.686 (2012 - R\$ 4.686), cuja probabilidade de perda do processo, de acordo com o opinião de nossos assessores jurídicos, é remota.

7) ATIVO IMOBILIZADO

As depreciações são calculadas de acordo com a política da Companhia de depreciação para os ativos próprios e os valores demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
	Taxa de depreciação	Custo
Imobilizado de uso:	4% a.a.	327
Edificações	-	63
Terenos	-	390
Total em 31 de dezembro de 2014	(275)	115
Total em 31 de dezembro de 2013	(275)	129

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Composição do capital social em ações**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações ordinárias nominativas - escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Ordinárias	775.320	775.320
Total	775.320	775.320

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Reservas de lucros	4.891	4.589
- Reserva legal (1)	421	408
- Reserva estatutária para aumento de capital (2)	4.000	3.811
- Reserva estatutária para pagamento de dividendos (3)	470	470

(1) Nos termos da Legislação Societária, a Companhia deve destinar 5% de seu lucro oficial anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar capital ou para absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos;

(2) Pode ser constituída até atingir o limite de 80% do valor do Capital Social Integralizado; e

(3) Pode ser constituída com a finalidade de assegurar a continuidade da distribuição de dividendos intermediários pela Companhia até atingir o limite de 20% do valor do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios de 2014 e 2013 estão demonstrados a seguir:

	2014	% (1)	2013	% (1)
Lucro líquido do exercício	265		183	
Reserva legal	(13)		(9)	
Base de cálculo	252		174	
Dividendos propostos	63	25,0	43	25,0

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

9) RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Receitas de comissões	238	250
Total	238	250

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores da

Baneb Corretora de Seguros S.A.

Salvador - BA

Examinamos as demonstrações contábeis da Baneb Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses

10) IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE SERVIÇOS

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
PIS	2	2
Cofins	9	10
ISS sobre comissões	12	12
Total	23	24

11) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Rendimento de aplicação em fundos de investimento	510	375
Juros passivos	(7)	(1)
Total	503	374

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Impostos e taxas diversas	29	11
Total	29	11

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Ediais e publicações	145	160
Serviços prestados	32	29
Contribuição sindical patronal	5	5
Depreciação	13	13
Condomínio	66	65
Outras despesas administrativas	6	3
Total	267	275

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido, no montante de R\$ 123 (2013 - R\$ 90) e R\$ 53 (2013 - R\$ 41) respectivamente, foram provisionados e registrados no resultado do exercício.

b) Os custos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 60 (2013 - R\$ 51), referem-se, substancialmente, a imposto de renda de exercícios anteriores e imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e receitas de corretagem.

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes de caixa:		
Banco Bradesco S.A.	8	8
Dividendos a pagar:		
Banco Bradesco S.A.	(34)	(20)
Receitas de comissões:		
Bradesco Vida e Previdência S.A.	-	238
		250

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é a parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

16) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações legais - fiscais e previdenciárias
A Companhia é parte em processos judiciais fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na Constituição das provisões é considerada a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

Com relação às Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias, a Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, no montante de R\$ 177 (2013 - R\$ 177), os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não possuía operações em Instrumentos Financeiros Derivativos; e
b) Não houve outros eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

A Diretoria

Silvio José Alves - Contador - CRC-1SP202567/O-5 S-BA

controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baneb Corretora de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 27 de fevereiro de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP202567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

BRASIL

Três policiais mortos em dois dias

RIO DE JANEIRO Três policiais militares foram mortos em confrontos em menos de 48 horas entre sábado e ontem. As mortes elevam para 13 o número de PMs assassinados no Rio só este ano. Na madrugada de ontem, Diego Moutinho da Silva Maia, de 29 anos, foi baleado em Nilópolis, na Baixada Fluminense.

De acordo com a Polícia Militar, ele estava em um bar quando decidiu abordar um suspeito armado. Esse homem teria fugido e voltado depois com mais três pessoas, que dispararam contra o policial. No sábado, o soldado Adson Nunes da Silva, lotado na Coordenadoria de Inteligência da Polícia Militar, foi

morto a tiros e levado para a UPA de Edson Passos por um carro não identificado, em Mesquita, na Baixada Fluminense. O terceiro assassinato registrado no fim de semana foi o de um sargento da PM, Marcelo Salles, atingido por cinco tiros após uma abordagem na comunidade do Juremundo, na zona norte.

Vereador de Santo André é assassinado dentro de casa

LATROCÍNIO O vereador Cosmo Rodrigues Cardoso (PDT), de 46 anos, que exercia o primeiro mandato na Câmara Municipal de Santo André, no ABC paulista, foi morto com um tiro nas costas, dentro de casa, durante um assalto, na madrugada de ontem. Conhecido como Cosmo do Gás,

por causa do seu trabalho como comerciante, ele foi espancado e posto de joelhos antes de ser atingido. O vereador chegou a ser levado ao hospital, mas não resistiu ao ferimento. Por volta das 4h20, três criminosos armados invadiram a casa dele no bairro Sítio das Vianas.